

**COMISSÃO DE FINANÇAS,**  
**ECONOMIA, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO,**  
**CONTROLE E TOMADAS DE CONTAS**

**PARECER**

**Processo nº:** 6521/2021

**Projeto de Lei nº:** 104/2021

**Autoria:** Anderson Goggi

**I. RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do vereador Anderson Goggi da Câmara Municipal de Vitória, que institui, no âmbito da Câmara Municipal de Vitória – CMV, a Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas.

Assim, ultrapassadas as formalidades, foi o presente projeto encaminhado a esta comissão para emissão de parecer, o que passa a fazer adiante.

**II. FUNDAMENTAÇÃO**

O referido Projeto de Lei em análise terá a observância do artigo 62 do Regimento Interno, que dispõe sobre as competências da Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas.



Art. 62. Compete à Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas:

[...]

III. **analisar os aspectos econômicos e financeiros** de matéria tributária, **abertura de crédito adicional**, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras, que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, ou repercutam no patrimônio municipal;

Nesta entoada, visa a diminuição de gastos do Poder Legislativo reduzindo as despesas com a remuneração de comissões internas de trabalho.

O presente projeto apresentado cria obrigatoriedade de creches, berçários, escolas maternas e similares da rede pública do município de Vitória, a submeterem, monitores, professores e demais funcionários que tenham contato direto com alunos a exames psicológicos no ato da sua admissão.

É importante salientar que os maus-tratos físicos e psicológicos a crianças e adolescentes impedem o seu desenvolvimento sadio. Atentam contra sua saúde física, mental, moral, espiritual e social. Portanto, agredem frontalmente os direitos fundamentais infante-juvenis, conforme inscritos no Art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 3ºA criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.



Visto que, não existe óbice para a tramitação do referido Projeto de Lei, busca-se a aprovação.

### III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, nosso parecer é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 104/2021.

Palácio Atílio Vivácqua, 05/10/2021

**LUIZ PAULO AMORIM**

VEREADOR-PV

